Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2021-03-30	
O Secretário da Mesa	
Lina Lopes (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Lina Lopes (Assinatura Qualificada) Date: 2021.03.30 11:10:29 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1695 / XIV (2 .ª)

Assunto: Implementação dos Planos Municipais para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais

Destinatário: Ministra de Estado e da Presidência

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, que aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) foi definida a territorialidade como característica primordial na linha transversal da sua definição e execução.

No âmbito da territorialidade, e de forma específica, foi definido o dever de elaboração de planos municipais para a igualdade *"que traduzam, à escala local, a estrutura da ENIND e respetiva articulação e concretização em planos setoriais locais, salvaguardando a autonomia das autarquias e a especificidade regional"*.

Contudo, desconhece-se quais os municípios que já aprovaram os planos de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais (PAOIEC).

Bem como se desconhece de que forma estão a ser cumpridos esses planos, se os objetivos a que se propõem são ou não atingidos, se ocorreu uma análise e avaliação das medidas tomadas, se se encontra previsto algum meio de partilha de boas práticas, entre outras medidas de acompanhamento ou *follow-up* que devem sempre nortear a boa gestão pública.

Porque a proclamação de uma Estratégia Nacional é oca se não se conhecerem, acompanharem e disponibilizarem os dados da sua implementação, é fundamental que as referidas informações sejam prestadas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra de Estado e da Presidência, as seguintes perguntas:

1 – Quais os municípios que já aprovaram os planos de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais?
2- Que medidas estão delineadas para garantir a total cobertura territorial das políticas de

igualdade e não discriminação contra pessoas LGBTI?
3 – De que forma está a ser realizado o acompanhamento e avaliação da implementação dos referidos planos?

Palácio de São Bento, 26 de março de 2021

Deputado(a)s

FABÍOLA CARDOSO(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.